Portugal e as comemorações aos mortos da Grande Guerra em Angola e Moçambique

Autor(es): Barros, Víctor

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/38195>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_46_16

Accessed : 26-Apr-2023 11:36:20

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

46

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2015

Portugal e as Comemorações aos Mortos da Grande Guerra em Angola e Moçambique¹

Portugal and the Commemorations of the Great War's Deads in Angola and Mozambique

VÍCTOR BARROS²

CEIS 20

E-mail: v-barros@hotmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 28/04/2015

Texto aprovado em / Text approved on: 31/07/2015

Resumo:

Este artigo adota como argumentário temático central a problemática das comemorações da memória da Grande Guerra encenadas por Portugal em Angola e Moçambique. Num primeiro momento, traçaremos um retrato sumário das implicações da Grande Guerra nesses dois domínios do então império colonial português. Seguidamente, através de um protocolo analítico que privilegia a exegese das fontes impressas da época, colocaremos em destaque: *i*) a fenomenologia das comemorações, ou seja, o desenrolar da prática comemorativa no espaço-tempo da sua decorrência concreta nas colónias; *ii*) as imbricações que os discursos evocativos da experiência da Grande Guerra nas colónias estabeleciam com o colonialismo e com o repertório da mitologia imperial portuguesa. Num terceiro momento, autopsiaremos a estratégia simbólica e paliativa

Abstract:

This paper's central approach is about the politics of commemorations of the fallen soldiers and the memory of the First World War in Angola and Mozambique. First, I present a summary view of the implications of that war for the Portuguese colonies in Africa. Secondly, I will highlight: *i*) the phenomenology of commemorative practices: the commemorative practices in their real action on the colonial space-time; *ii*) the different imbrications that the evocative discourses established with the colonial ideology and the repertory of the Portuguese imperial mythology. In this sense I argue that the repertory of Portuguese imperial mythology was mobilized in different circumstances as a source of legitimacy of the rhetoric of the sacrifice of death in the war for homeland and for the Portuguese colonial empire. Thirdly, I will put under a critical analytical approach the memorial grammar and

---

¹ A realização deste trabalho (notadamente as pesquisas efetuadas em Angola e em Portugal) contou com o apoio da bolsa de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian. Parte do trabalho de pesquisa realizado em Moçambique beneficiou do financiamento de investigação do Institut Français d'Afrique du Sud – IFAS.

² Bolseiro de doutoramento da Fundação Calouste Gulbenkian e investigador colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS 20 – Universidade de Coimbra.

subjacente ao processo de monumentalização da memória do conflito, analisando o regime de evidência e a gramática memorial (patriótico-imperial) consubstanciada nos dois grandes monumentos aos mortos edificados em Angola e Moçambique.

Palavras-chave:

Comemorações; Grande Guerra; Monumentos aos Mortos; Império Colonial Português; Angola e Moçambique.

the regime of memorial evidence materialized in the war memorials erected to the dead in Angola and Mozambique: here I analyze the aporias through the frame of power relations and colonial domination in which their significations were traced.

Keywords:

Commemorations; First World War; War Memorials; Portuguese Colonial Empire; Angola and Mozambique.

*La mort est bien ce que personne ne peut
ni endurer ni affronter à ma place.
Mon irremplaçabilité est bien conférée,
livrée, on pourrait dire donnée par la mort.*

J. Derrida

Introdução

Toda a vida solicitada em sacrifício transforma a totalização da morte em imanência circular redentora que ilude a transubstanciação do ser e do tempo. Como se no otimismo do sacrifício residisse o suplemento suscetível de emendar a condição ontológica da finitude e o espectro incógnito que lhe vem intrinsecamente conexo: a solitude irremediável e a unicidade irredutível da própria morte. Ora, a morte em guerra, contra toda a imagética hagiográfica que por vezes a aureola de parábolas redentoras, nunca deixa de ser a dissolução singular daqueles que, tombados em combate, jazem ali cadáveres enquanto corpos inertes de uma odisseia sem retorno. Ela funde a imobilidade do tempo. E, ao fazê-lo, antecipa para os vivos uma observação finalística: sitia os homens na partilha já de si nostálgica do próprio limbo da finitude enquanto tempo sem presente nem futuro. Deste modo, quando o tempo se impõe como o único *lugar* de verdade, logo, toda a morte se converte em metonímia da própria destemporalização do tempo. E a fatalidade já de si premonitória de um fim inevitável (comum a todos os homens) é travestida de adornos retórico-ideológicos que induzem os indivíduos a se disponibilizarem a atos

consecratórios (assim idealizados) que reverberam a mitologia cristalizada dos grandes ideais, neste caso, prosternada na exemplaridade sacrificial da morte pela pátria. Ora, se é verdade que é impossível pensar a história sem o tempo, muito menos ainda é aboli-lo sem cair no idealismo metafísico dominado por uma forte obsessão expiatória. Assim se explica a potência organicamente coerciva que, por um lado, a morte exerce como princípio interno de dissolução irreversível dos sujeitos e, por outro, como princípio externo modelar que transfigura a própria morte patriótica em encarnação de uma atitude exemplar³. Pois, os mortos são revestidos de um estatuto (mesmo que fendido em ambivalências)⁴. E, face à suposta exemplaridade das suas mortes, os vivos são orientados a buscar nos ritos mnemónicos (de evocação comemorativa) a garantia conjuratória que ludibria o espectro da perda irreversível daqueles que, no leito da pátria, jazem sob a promessa de terem garantido a sua imortalidade.

Ora, é sob o signo da tríplice coordenada que a vida, a morte e o império foram objeto no campo da construção discursiva da memória da Grande Guerra nas colónias – entre o plano trágico da história e a reverberação retórica de uma semântica patriótico-imperial otimista – que sediamos a problemática central deste artigo e do seu argumentário temático: as comemorações aos mortos da Grande Guerra em Angola e Moçambique. Primeiro, traçaremos de forma sumária a anatomia da beligerância nessas duas colónias portuguesas. Seguidamente, perscrutaremos as operações pela via das quais a fenomenologia das comemorações aos mortos da Grande Guerra forjava o seu regime de evidência: nas ações, na observância dos gestos comemorativos e, por fim, na execução dos atos de instituição. Num terceiro momento, focalizaremos o escopo analítico sobre a construção dos dois monumentos aos mortos edificadas em Angola e Moçambique, colocando em destaque a interpretação comemorativa da guerra e a representação monumentalizada da memória dessa mesma experiência. E, por fim, através de uma exegese situada (baseada num protocolo hermenêutico de desconstrução metanarrativa), daremos conta das múltiplas imbricações cúmplices que os discursos celebradores e evocativos (regra geral, prenhes de uma moralidade heróica justificadora do sacrifício da morte a favor da pátria e do império) estabeleciam com o colonialismo e com o repertório da mitologia imperial portuguesa que lhe servia de abrigo. Como argumentaremos, a exaltação da morte em guerra era posta a nú pela própria situação colonial dos indivíduos que nela tomaram parte, ao mesmo tempo que a mitologia heroica fabricada à volta da exemplaridade dos soldados na defesa

---

³ Reinhart Koselleck, *L'Expérience de L'Histoire*, Paris, Gallimard/Seuil, 2011, p. 189.

⁴ Patrick Braudy, «La Mémoire des Morts», *Tumultes*, n.º 16, 2001, p. 29.

da pátria imperial portuguesa remetia para a negação do horror constitutivo da própria aventura trágica que caracterizou o conflito. E, como demonstração, destacaremos a estética retórica decorrente de uma gramática otimista que romantizava a participação portuguesa no conflito em tons quase panegíricos. Panegíricos porque, os mortos eram referenciados como seres impávidos que não se apagavam nunca face à (suposta) nobreza do ideal de (boa) morte a que se destinaram: pela pátria e pelo império. Então, aqui, a dissolução dos indivíduos mortos em guerra encontra nos discursos apodícticos e inflamados da sermonária o seu género de oratória por excelência, convertendo assim o sacrifício da morte (pela pátria e pelo império) em princípio modelar (digno) de veneração e de instigação do nacionalismo imperial. Afinal, as comemorações aos mortos não constituíam somente a metonímia de uma busca consoladora. Elas eram também o artifício que induzia a fantasia de uma ressurreição sem o corpo. Mais do que isso: a promessa precária de uma imortalidade sempre falível, fugaz e destituída de tempo, porque, já de si, sem presente nem futuro.

E depois da guerra? Gerir cadáveres e sepultar memórias

Portugal entrou na Grande Guerra em duas frentes: nas colónias (Angola e Moçambique) logo em 1914; e na frente europeia (na Flandres), ao lado das potências aliadas em 1917, embora a declaração de guerra da Alemanha date de 1916. Ora, Portugal entra na Grande Guerra pelas colónias para impedir o avanço alemão em direção ao sul de Angola e ao norte de Moçambique. Isto porque, alguns territórios do império colonial alemão em África (do Sudoeste Africano Alemão e da África Oriental Alemã) se estendiam para zonas limítrofes dessas duas colónias mais importantes do império colonial português e de outros territórios sob domínio colonial de outras potências aliadas (França, Inglaterra, Bélgica)⁵. Igualmente, Portugal tinha de prosseguir as campanhas militares de invasão e de guerras coloniais (conhecidas sob a designação eufemística de *campanhas de pacificação*) iniciadas no século XIX contra as populações africanas, visando a conquista de territórios e a submissão dos nativos. Da Conferência de Berlim (1884-1885) tinha ficado assente o princípio da ocupação

---

⁵ Robert Gerwarth and Erez Manela (org.), *Impérios em Guerra: 1911-1923*, Lisboa, D. Quixote, 2014; Anne Samson, *World War I in Africa: The Forgotten Conflict Among the European Powers*, London, New York, I. B. Tauris, 2013; Aniceto Afonso, *Grande Guerra 1914-1918: Angola, Moçambique e Flandres*, Matosinhos, QuidNovi, 2006; Hew Strachan, *The First World War in Africa*, Oxford, Oxford University Press, 2004; Melvin E. Page (ed.), *Africa and the First World War*, Houndmills, Basingstoke, Hampshire and London, Macmillan Press, 1987.

efetiva como um dos meios de legitimação colonial; e, com o Ultimato dado a Portugal pela Inglaterra em janeiro de 1890 (exigindo a sua retirada dos territórios entre Angola e Moçambique onde jogavam interesses coloniais britânicos⁶), o nacionalismo imperial português acentua a problemática do império como tópico político imprescindível de um desígnio histórico nacional a conservar e a defender por todos os meios e sacrifícios.

Até ao deflagrar da Grande Guerra, tal como René Pélissier e Miguel Jerónimo amplamente demonstram, o colonialismo português não tinha ainda conseguido impor a sua hegemonia junto das sociedades africanas, ao mesmo tempo que se via sistematicamente confrontado com os interesses de outras potências europeias nas suas colónias⁷. E perante a iminência da guerra, o regime republicano recém-instituído em Portugal (1910) via na participação no conflito uma das estratégias de legitimação política e de fazer entrar a República portuguesa na galeria da História⁸. Neste sentido, a fórmula imperativa do espectro beligerante que se lhe desenhava tinha de cumprir, em simultâneo, as funcionalidades acima expostas. Segundo Marco Arrifes, face aos perigos da ameaça colonial alemã em África, as autoridades portuguesas decretaram a 18 de agosto de 1914 a organização de expedições militares destinadas a Angola e Moçambique. E, entre 1914 e 1918, só da metrópole, Portugal envia para a guerra nas duas colónias cerca de mais de trinta mil homens, que vão juntar-se aos demais soldados das guarnições militares de ambas as colónias, compostas na sua maioria por tropas indígenas⁹.

É por Angola que se iniciaram as ações militares portuguesas contra as tropas alemãs. Estas desenrolaram-se essencialmente na parte sul da colónia, entre outubro e dezembro de 1914, muito embora as campanhas militares se tenham

---

⁶ Fernando Pimenta, *Portugal e o Século XX: Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*, Porto, Afrontamento, 2010, p. 13-32.

⁷ Miguel B. Jerónimo, *Livros Brancos, Almas Negras: A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português, c.1870-1930*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010; René Pélissier, *As Campanhas Coloniais de Portugal 1844-1941*, Lisboa, Editorial Estampa, 2006.

⁸ Nuno S. Teixeira, *O Poder e a Guerra 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

⁹ Marco Arrifes, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa – Angola e Moçambique (1914-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, 2004, p. 113 e p. 166-170; Luís M. A. de Fraga, (1996), «Portugal na Grande Guerra. O Recrutamento, a Mobilização e o Roulement nas Frentes de Combate. Factos e Números», *Separata das Actas do VII Colóquio «O Recrutamento Militar em Portugal»*, s/l, Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1996, p. 18; António Telo, «A República e as Forças Armadas», in João Medina (dir.), *História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Volume XI, *A República II*, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995, p. 251-296; Aniceto Afonso, «A Grande Guerra e as Colónias Portuguesas», in João Medina (dir.), *História de Portugal...*, cit., p. 303-316.

prolongado até à rendição do Sudoeste Africano Alemão em julho de 1915, provocada pelas forças militares sul-africanas, Boers e inglesas¹⁰. De maior amplitude temporal foi a duração da Grande Guerra em Moçambique: esta decorreu de 1914 a 1918, e a cartografia do conflito pontua diferentes teatros de operações, no norte, no interior e na parte este¹¹. Moçambique foi a colónia que absorveu maior força expedicionária, o que se explica pela própria duração do conflito. E, segundo diferentes estudos, os dois teatros africanos absorveram mais de quarenta mil homens, incluindo a ampla força africana cujos números exatos não foram nunca objetivamente conhecidos¹². Do balanço geral (mortos, feridos, desaparecidos, incapazes, prisioneiros), os dados apontam (com as suas devidas limitações) para cerca de mais de duas mil baixas em Angola (com pouco mais de oito centena de mortes); e cerca de mais de treze mil em Moçambique (incluindo cerca de mais de quatro mil mortes), causadas em grande parte por doenças, acidentes e má preparação. Mas, foi essencialmente sobre os indígenas africanos (soldados, carregadores, auxiliares, etc.) que recaíram as mortes (mais de sete mil) provocadas pela Grande Guerra nas colónias, o que leva alguns a considerarem que nunca se saberá exatamente quantos africanos morreram¹³. Em suma: do total de pouco mais de cem mil portugueses mobilizados para combater na Flandres ao lado dos aliados, e para os teatros de guerra nas duas colónias, Portugal contou cerca de trinta e oito mil baixas¹⁴. E Portugal não foi vencedor: conseguiu garantir algum reconhecimento ao lado das potências aliadas e conseguiu sobretudo, apesar de muitas dificuldades, manter territórios em África que lhe conferiam o estatuto de potência colonial¹⁵.

Se as guerras são, quase sempre, experiências liminares de morte, então, o desejo de memória (que é também um paliativo para o esquecimento

---

¹⁰ Marc Michel, «Combattre en Afrique», in Stéphane Audoin-Rouzeau et Jean-Jacques Becker (dir.), *Encyclopédie de la Grande Guerre 1914-1918, Histoire et Culture*, Paris, Bayard, 2013, p. 861-872; Anne Samson, *World War I in Africa...*, cit., p. 85.

¹¹ Ricardo Marques, *Os Fantasmas do Rovuma: A Epopeia dos Soldados Portugueses em África na I Guerra Mundial*, Alfragide, Oficina do Livro, 2012; Marco Arrifes, *A Primeira Grande Guerra...*, cit., p. 155-segs.

¹² Luís A. Fraga, «Portugal e a Grande Guerra – Balanço Estatístico», in Aniceto Afonso e Carlos de M. Gomes (coord.), *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, Vila do Conde, Verso da História, 2013, p. 521-522; Marco Arrifes, *A Primeira Grande Guerra...*, cit., p. 204-214.

¹³ António Telo, *A República e as Forças...*, cit., p. 291.

¹⁴ Luís A. Fraga, *Portugal e a Grande Guerra...*, cit., p. 522; Marco Arrifes, *A Primeira Grande Guerra...*, cit., p. 204-210; Aniceto Afonso, *A Grande Guerra...*, cit., p. 315.

¹⁵ Filipe R. de Meneses, «O Império Português», in Robert Gerwarth and Erez Manela (org.), *Impérios em Guerra...*, cit., p. 331-360; Pedro A. Oliveira, «O Factor Colonial na Política Externa da Primeira República», in Filipe R. de Meneses e Pedro A. Oliveira (org.), *A 1ª República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p. 299-332.

que caracteriza as experiências de guerra como experiências de tempo), nasce da necessidade de desenhar a morfologia da rutura: ou seja, o esboço que retrata a temporalidade de um antes e um depois e que inscreve o próprio conflito como realidade já de si póstuma. Segundo alguns autores, o imperativo memorial impôs-se à mesma escala que a magnitude do desastre gerado pela Grande Guerra¹⁶. Tal, por exemplo, ficou bem explícito por Augusto Casimiro, Capitão português que participou no conflito: o desejo de ver fixados «em lápide ou outro monumento» os nomes dos mortos portugueses da Grande Guerra¹⁷. Em Portugal, tal como noutros países beligerantes¹⁸, as primeiras ações comemorativas e de monumentalização surgem (promovidas por associações e grupos de memória) logo após o conflito (1919). No entanto, foi a partir de 1921 que toda uma parafernália de atos públicos e estratégias simbólicas passa a ser operada: lançamentos de primeiras pedras para a edificação de monumentos aos mortos; comemorações; descerramento de lápides comemorativas; observância de minutos de silêncio; tumultuação de soldados desconhecidos...¹⁹. Pois, com a consagração no dia 9 de abril de 1921 de dois soldados desconhecidos portugueses (um trazido da Flandres e outro de Moçambique), ficou nacionalizada a memória da participação

---

¹⁶ Jay Winter, *Entre Deuil et Mémoire: La Grande Guerre dans L'Histoire Culturelle de L'Europe*, Paris, Armand Colin, 2008; Antoine Prost, «Les Monuments aux Morts. Culte Républicain? Culte Civique? Culte Patriotique?», in Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de Mémoire I*, Paris, Gallimard (Quarto), 2008, p. 199-223; G. Kurt Piehler, «The War Dead and the Gold Star: American Commemoration of the First World War», in J. R. Gillis (ed.), *Commemorations: The Politics of National Identity*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1996, p. 168-185; George L. Mosse, *Fallen Soldiers: Reshaping the Memory of the World Wars*, New York, Oxford University Press, 1990; Annette Becker, *Les Monuments Aux Morts: Patrimoine et Mémoire de la Grande Guerre*, Paris, Éditions Errance, 1988.

¹⁷ *Padrões da Grande Guerra. Consagração do Esforço Militar de Portugal 1914-1918. (Relatório Geral da Comissão 1921-1936)*, Lisboa, Comissão dos Padrões da Grande Guerra, 1936, p. 168.

¹⁸ Reinhart Koselleck, *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*, Standford, Standford University Press, 2002; K. S. Inglis, *Sacred Places: War Memorials in the Australian Landscape*, Carlton South, Victoria (Australia), Melbourne University Press, 2001; Daniel J. Sherman, *The Construction of Memory in Interwar France*, Chicago and London, The University of Chicago Press, 1999; Alex King, *Memorials of the Great War in Britain: The Symbolism and Politics of Remembrance*, Oxford, New York, Berg, 1998; Antoine Prost, *Les Anciens Combattants et la Société Française 1914-1939*, Tome 3, *Mentalités et Idéologies*, Paris, Presses de La Fondation National des Sciences Politiques, 1977.

¹⁹ Sílvia Correia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933: Entre a Experiência e o Mito*, Lisboa, FCSH-UNL (Dissertação de Doutoramento – policopiada), 2010, p. 336-339 e anexo XXII; Alberto de Aguiar, «Homenagem aos Mortos da Grande Guerra. Tese Apresentada ao 1º Congresso dos Combatentes», *A Guerra*, Ano 4.º, n.º 44, Agosto, 1929, p. 4-5.

portuguesa na Grande Guerra e instalou-se, oficialmente, a ritualidade de uma comemoração anual²⁰. Então, o 9 de abril de 1918 (dia da desastrosa derrota do Corpo Expedicionário Português em Flandres contra as tropas alemãs, onde Portugal sofreu numa única batalha – a batalha de La Lys – cerca de mais de sete mil baixas, entre mortos, feridos, prisioneiros e desaparecidos²¹), assim como o 11 de novembro de 1918 (data da assinatura do Armistício que põe fim ao conflito) passaram a constituir as duas efemérides centrais do calendário celebrativo da memória da Grande Guerra em Portugal e nas suas duas colónias onde decorreu o conflito (Angola e Moçambique). Ora, chegado a este ponto, o inquérito impõe-se: de que eram feitas as comemorações da memória da Grande Guerra em Angola e Moçambique? Ou seja, de que era composto o revestimento material e simbólico (ações, atividades, gestos, atos e conteúdos) das suas encenações? E ainda: como era orientada a poética retórica dos seus alinhamentos discursivos e temáticos?

Comemorar os mortos da Grande Guerra em Angola e Moçambique

i) A mecânica diferencial das ações. Traçaremos aqui, sem pretensão de exaustividade, algumas práticas comuns da liturgia política destinada a comemorar a Grande Guerra nas duas colónias. Vejamos. O ritual de evocação pública, tanto em Angola como em Moçambique, decorria sob o signo de ações formais praticamente idênticas: realização de sessões solenes nas câmaras municipais ou noutros edifícios públicos (com a presença de antigos combatentes, de autoridades coloniais, do corpo consular estrangeiro sediado nas duas colónias e ainda de estrangeiros, por exemplo, de ingleses residentes em Moçambique). Tais sessões eram marcadas por atos de fala justificadores da moralidade do sacrifício patriótico e imperial. Outro ponto comum da ritualidade comemorativa foi a organização de cortejos cívicos (com alunos, agentes de propaganda e antigos combatentes); de paradas militares (com a tropa metropolitana e africana); de disparos de salvas e tiros de peças de artilharia que, com efeito, conferiam uma forte dimensão militar ao acontecimento bélico rememorado. Em ambas as colónias foram realizadas

---

²⁰ Luís O. Andrade e Luís R. Torgal, *Feriados em Portugal: Tempos de Memória e de Sociabilidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 95-96; Sílvia Correia, *Políticas da Memória...*, cit., p. 240-246; Filipe R. de Meneses, «A Comemoração da Grande Guerra em Portugal», *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVIII, 2006, p. 109-133.

²¹ Luís A. Fraga, «La Lys a Batalha Portuguesa», in Aniceto Afonso e Carlos de M. Gomes (coord.), *Portugal e a Grande Guerra...*, cit., p. 404-48.

festas comemorativas, banquetes alusivos e outros tipos de receções²². Tais ações sufragavam o reconhecimento público dos promotores da memória da Grande Guerra (os antigos combatentes) e reforçava o prestígio daqueles que detinham o poder e a influência para promover tais modalidades de encontro nas colónias. Neste sentido, Fernando Catroga não erra em nada quando afirma (embora num outro contexto) que «no comemoracionismo, são os evocadores que», afinal, «se consagram a si mesmos»²³. Tal se verificou, por exemplo, nas reuniões de confraternização dos antigos combatentes²⁴; nas receções oferecidas pelos consulados sediados nas colónias (da França em Angola e da Itália em Moçambique); na saudação que a banda municipal de Luanda efetuou em 1927, tocando os hinos das nações aliadas, etc. Pois, é intento de qualquer comemoração forjar um simulacro de coincidência e engendrar a aparência de um consenso e de uma unidade, quando não seja para o estimular²⁵.

De natureza mais lúdica, foram promovidas atividades desportivas (corridas pedestres, encontros de futebol, estafetas) organizadas em Angola; concertos com a banda militar; espetáculos e récitas no Cine-Parque de Luanda; atuações da banda do quartel-general no Teatro Varietá na então cidade de Lourenço Marques, bailes, etc²⁶. Essas atividades se prestavam, regra geral, a objetivos de cariz solidário, a saber: arrecadação de receitas (através da venda de bilhetes, flores e outros objetos) para auxiliar as viúvas, os inválidos e os órfãos da guerra, e financiar a construção dos padrões aos mortos a erguer nas

---

²² Moçambique – *Órgão Oficial da Liga de Defesa e Propaganda da Província de Moçambique*, Ano X, n.º 439, Lourenço Marques, 15 de Abril de 1940, p. 5; *Idem*, Ano VII, n.º 344, Lourenço Marques, 2 de Dezembro de 1937, p. 4; *O Sol*, Ano I, n.º 5, Lourenço Marques, 15 de Novembro de 1925, p. 1; *A Província de Angola*, Ano II, n.º 125, Loanda, 15 de Abril de 1925, p. 1.

²³ Fernando Catroga, «Ritualizações da História», in Luís R. Torgal *et al.*, *História da História em Portugal, Séculos XIX-XX*, Volume II, Lisboa, Temas e Debates, 1998, p. 265.

²⁴ Moçambique – *Órgão Oficial*..., cit., Ano VIII, n.º 401, Lourenço Marques, 15 de Abril de 1939, p. 4; *A Província de Angola*, Ano V, n.º 611, Loanda, 12 de Novembro de 1927, p. 2; *O Equador*, Anno 1, n.º 32, S. Tomé, África Ocidental, 16 de Abril, 1927, p. 2.

²⁵ Governo Geral e Moçambique – Arquivo da Repartição do Gabinete, Pasta A/4. Assunto: *Festevidades Nacionais (aniversários). Cumprimentos. Pezames*. 2.º Volume, 1936 a 1937; *A Província de Angola*, Ano XV, n.º 3654, Loanda, 11 de Novembro de 1937, p. 1; *O Jornal*, Ano I, n.º 116, Lourenço Marques, 12 de Novembro de 1936, p. 1; *A Província de Angola*, Ano V, n.º 733, Loanda, 9 de Abril de 1928, p. 1; *Idem*, Ano V, n.º 611, Loanda, 12 de Novembro de 1927, p. 2.

²⁶ *A Província de Angola*, Ano XVIII, n.º 4568, Loanda, 11 de Novembro, 1940, p. 1; *Idem*, Ano XV, n.º 3654, Loanda, 11 de Novembro de 1937, p. 1; *Idem*, Ano XIV, n.º 3347, Loanda, 12 de Novembro de 1936, p. 1; *O Distrito*, Ano 1.º, n.º 4, Moçambique, 15 de Abril de 1932, p. 4; *O 19 de Junho*, Ano III, n.º 126, Beira, 22 de Abril de 1932, p. 1; *A Província de Angola*, Ano VIII, n.º 1527, Loanda, 11 de Novembro de 1930, p. 2; *Idem*, Ano VI, n.º 1038, Loanda, 10 de Abril de 1929, p. 2.

duas colónias. Palestras e preleções alusivas ao 9 de abril e ao 11 de novembro também fizeram parte do repertório comemorativo. Por exemplo, as preleções eram feitas em cada aquartelamento militar por um oficial que explanava aos soldados a moralidade da reverência sacrificial patriótica, evocando aqueles que pela pátria e pelo império se dispuseram a morrer²⁷.

ii) A reverência protocolar dos gestos. Pode afirmar-se sem receio de cair em erro que a observância dos dois minutos de silêncio constituía um dos gestos comemorativos (amplamente globalizado) da liturgia evocadora da Grande Guerra²⁸. Em Angola e Moçambique, o protocolo era anualmente observado em todos os aquartelamentos militares e unidades de guarnição: dois tiros de artilharia (um que anunciava o seu início e outro, o seu fim) asseveravam a obrigatoriedade do seu cumprimento público (por civis e militares) sem distinção²⁹. A sacralidade inerente ao gesto era tal que, por exemplo, em Angola (mais precisamente em Luanda), na década de 1920, as formalidades impunham que durante o tempo da sua observância tudo paralisasse de forma súbita e automática (o movimento de peões, a circulação de veículos, o bulício das ruas, o trabalho das lojas, a administração, etc.). Segundo o registo escriturário de uma das fontes da época, tudo parava no instante da decorrência temporal deste gesto comemorativo: indivíduos em posição absolutamente imóvel, em sintonia comovente, «todos se levantando ou parando descobertos numa concentração de espírito verdadeiramente tocante»³⁰. Outro gesto simbólico não

²⁷ *Moçambique – Órgão Oficial*..., cit., Ano VII, n.º 313, Lourenço Marques, 15 de Abril de 1937, p. 1; *A Província de Angola*, Ano XV, n.º 3475, Loanda, 9 de Abril de 1937, p. 1; *O Jornal*, Ano I, n.º 115, Lourenço Marques, 11 de Novembro de 1936, p. 1; *O Distrito*, Ano 3.º, n.º 52, Moçambique, 15 de Abril de 1934; *Idem*, Ano 1.º, n.º 4, Moçambique, 15 de Abril de 1932, p. 4; *O 19 de Junho*, Ano I, n.º 16, Beira, 14 de Novembro de 1929, p. 1; *A Província de Angola*, Ano VII, n.º 1219, Loanda, 11 de Novembro de 1929, p. 2; *Idem*, Ano VI, n.º 1037, Loanda, 9 de Abril de 1929, p. 1; *Idem*, Ano II, n.º 123, Loanda, 8 de Abril de 1925, p. 1.

²⁸ Mark Connelly, *The Great War, Memory and Ritual: Commemoration in the City and East London, 1916-1939*, Woodbridge, The Royal Historical Society/The Boydell Press, 2002, p. 139-149.

²⁹ *Moçambique – Órgão Oficial*..., cit., Ano VII, n.º 313, Lourenço Marques, 15 de Abril de 1937, p. 1; *A Província de Angola*, Ano II, n.º 123, Loanda, 8 de Abril de 1925, p. 1.

³⁰ O relatório da Comissão Executiva dos Padrões da Grande Guerra de 1930 afirma que naquele ano se cumpriram «pela primeira vez» em Lourenço Marques e em Luanda os dois minutos de silêncio, mas tal informação é lacunar e imprecisa (Cf. *Relatório da Comissão Executiva Referido a 31 de Dezembro de 1930*, Porto, Litografia Nacional, 1931, p.21). Imprecisa porque, a partir de 1925, os jornais da época já relatam o cumprimento de tal gesto comemorativo no espaço público colonial. *A Província de Angola*, Ano VI, n.º 1037, Loanda, 9 de Abril de 1929, p. 1-2; *Idem*, Ano IV, n.º 430, Loanda, 9 de Abril de 1927, p. 1; *Idem*, Ano III, n.º 226, Loanda, 10 de Abril de 1926, p. 1; *Idem*, Ano II, n.º 123, Loanda, 8 de Abril de 1925, p. 1.

menos significativo foi a administração de homenagens a antigos combatentes, o recolhimento junto dos túmulos, jazigos e lápides funerárias ornadas por flores e, ainda, a deposição de flores no monumento aos mortos. Na década de 1930, nas capitais das duas colónias, os cortejos ao cemitério eram realizados com algum destaque. Em Angola, por exemplo, tornou-se prática corrente a romagem ao Ossário dos Antigos Combatentes no cemitério do Alto das Cruzes, em Luanda³¹. Igualmente, o *Te Deum* (sob forma de missas campais, junto aos monumentos ou nas igrejas por alma dos defuntos da guerra) continuava a ser um ritual recorrente do esquema evocativo dos mortos da Grande Guerra. Pois, apesar das ambições cívico-patrióticas que enformavam a arquitetura efémera das comemorações públicas, estas estiveram sempre inquinadas por atos religiosos, prática essa que não deixou de despoletar críticas, desde cedo (1925), entre os defensores de uma prática comemorativa mais laica³². Mas, as ações religiosas coadjuvavam o projeto imperial, o que tornava difícil a sua exclusão total dos atos consecratórios e legitimadores da presença portuguesa nas colónias.

iii) A potência funcional dos atos. Os atos ficaram confirmados por várias práticas instituintes como a produção de placas comemorativas, o lançamento das primeiras pedras para a edificação de monumentos aos mortos e, com efeito, a inauguração dos mesmos. Portanto, entre as décadas de 1920 e 1940, as comemorações do 9 de abril e do 11 de novembro (promovidas pela Liga dos Combatentes) constituíam uma prática anual na arena do espaço público colonial, sobretudo nas cidades de Luanda e Lourenço Marques³³. Operadas depois do conflito e, gradualmente, no dealbar de 1920, as comemorações destinavam a realizar o luto público e, sobretudo, a inflamar o nacionalismo

---

³¹ *A Província de Angola*, Ano XVIII, n.º 4568, Loanda, 11 de Novembro de 1940, p. 1; *Moçambique – Órgão Oficioso...*, cit., Ano VIII, n.º 401, Lourenço Marques, 15 de Abril de 1939, p. 4; *A Província de Angola*, Ano XVI, n.º 4081, Loanda, 10 de Abril de 1939, p. 3; *Idem*, Ano XV, n.º 3475, Loanda, 9 de Abril de 1937, p. 1; *Idem*, Ano XIV, n.º 3347, Loanda, 12 de Novembro de 1936, p. 1; *Idem*, Ano XIII, n.º 3166, Loanda, 11 de Abril de 1936, p. 1-2; *O Distrito*, Ano 1.º, n.º 4, Moçambique, 15 de Abril de 1932, p. 4.

³² *A Província de Angola*, Ano VII, n.º 1219, Loanda, 11 de Novembro de 1929, p. 2; *A Luta*, Ano I, n.º 8, Loanda, 14 de Abril de 1925, p. 2. Tal problema também se colocou ao nível das celebrações orquestradas na metrópole, assim como noutras culturas políticas europeias dedicadas à construção da memória da Grande Guerra. Cf. Sílvia Correia, *Políticas da Memória...*, cit., 2010; Jay Winter, *Entre Deuil et Mémoire...*, cit., 2008.

³³ Referências avulsas dão conta de atos evocativos do 9 de Abril realizados noutras colónias por antigos combatentes, mais precisamente em São Tomé e Príncipe (*O Equador*, n.º 32, 1927, p. 2) e em Bissau (na Guiné) (Cf. Liga dos Combatentes da Grande Guerra, *Relatório das Gerências de 1949-1950*, Lisboa, 1953, p. 96).

imperial: pois, é que mesmo depois da guerra, a integridade do império colonial português não estava totalmente assegurada. Um maior fervor celebrativo anual verificou-se entre os finais da década de 1920 e ao longo da de 1930: tal se explica, por um lado, pelo nacionalismo imperial instigado pelo regime republicano (1910-1926), prosseguido pela Ditadura Militar (1926-1933) e amplificado pela mística imperial desenvolvida pelo Estado Novo a partir da década de 1930; mas, por outro, pela intensificação (durante o mesmo período) do processo para a edificação dos monumentos aos mortos nas duas colónias e a subsequente inauguração dos mesmos em 1935. Porém, entre as décadas de 1940 e 1950, o vigor da pompa comemorativa decresce nas colónias. Em parte, porque as comemorações que o Estado Novo estimulou durante esse período focalizavam mais no regime e no revigoramento colonial³⁴, do que propriamente na rememoração de uma guerra com a qual aquele regime pouco se identificou. Tal decréscimo também se verificou na metrópole, como sustentam alguns autores: no início de 1940, Salazar tentou decretar uma política de esquecimento para liquidar definitivamente as comemorações da Grande Guerra em Portugal³⁵. Porém, as cerimónias não foram interditas; apenas a regularidade e os atos públicos de evocação ficaram circunscritos a atividades pontuais, simples e menos sumptuosas, tal como atestam os relatórios da Liga dos Combatentes referentes ao período de 1949 a 1955. Mas, em 1969, por ocasião dos cinquenta e um anos da batalha de La Lys, o 9 de abril foi rememorado. E como o contexto era de uma outra guerra (contra a independência das colónias africanas), tal comemoração dialogou com a atualidade política que a acolhia: homenagem a todos os portugueses mortos em todas as lutas, inclusive as que decorriam em três (Angola, Moçambique e Guiné) das cinco colónias do império português em África³⁶.

---

³⁴ Só para referir algumas: as comemorações em 1936 do décimo aniversário da Revolução Nacional (28 de maio de 1926) que deu origem ao Estado Novo; as celebrações do Duplo Centenário em 1940; as evocações do Quinto Centenário da ‘Descoberta’ da Guiné em 1947; o Tricentenário da Restauração de Angola em 1948; o Centenário de Mouzinho em Moçambique em 1955; entre outras.

³⁵ Filipe R. de Meneses, «Os Limites do Salazarismo: O Exército e as Comemorações da Primeira Guerra Mundial», in Fernando Martins (coord.), *A Formação e a Consolidação Política da Salazarismo e do Franquismo. As Décadas de 1930 e 1940*, Lisboa, Colibri, CIDEHUS/Universidade de Évora, DHPMSP/Univ. Complutense de Madrid, 2012, p. 143-153; Sílvia Correia, «A Memória da Guerra», in F. Rosas e M. F. Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 365.

³⁶ *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, n.º 526, Abril, 1969, p. 110-112; Liga dos Combatentes da Grande Guerra, *Relatório das Gerências de 1954/55*, Lisboa, 1957, p. 123-

As colónias e os monumentos aos mortos

Se é verdade que a monumentalização da memória da guerra se impunha como necessidade de inscrever (no tempo e no espaço) a experiência do conflito³⁷, também não é menos verdade que a imagética portuguesa forjada constituía a interpretação imediata da alegoria da vitória³⁸. É lugar-comum na historiografia da Grande Guerra que os monumentos aos mortos operavam num alinhamento simbólico-discursivo que combinava (de forma cúmplice) o trabalho de memória e o trabalho subtil de luto³⁹. E, nas colónias, rubricavam também o colonialismo e a ideologia da unidade imperial. Aliás, é sob este signo que potências europeias como a França e a Inglaterra empreenderam nas décadas de 1920 e 1930 a monumentalização da Grande Guerra nos seus domínios coloniais⁴⁰. E Portugal procede no mesmo sentido. Os dois monumentos mais emblemáticos consagrados aos mortos da Grande Guerra nas colónias portuguesas resultaram da ação da Comissão dos Padrões da Grande Guerra, agrupamento formado por oficiais do exército e da armada, indivíduos da sociedade civil e antigos combatentes, constituído a 3 de dezembro de

---

173; *Relatório das Gerências de 1952/53*, Lisboa, 1955, p. 153-175; *Relatório das Gerências de 1949-1950*, Lisboa, 1953, p. 95-101.

³⁷ Franck David, *Comprendre le Monument aux Mort: Lieu du Souvenir, Lieu de Mémoire, Lieu d'Histoire*, Paris, Éditions Codex et Ministère de la Défense – DMPA, 2013; James E. Young, «Écrire le Monument: Site, Mémoire, Critique», *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 48^e Année, n.º 3, 1993, p. 729-743; Yves Hélias, «Pour Une Sémiologie Politique des Monuments aux Morts», *Revue Française de Science Politique*, 29^e Année, n.º 4-5, p. 739-759.

³⁸ *Padrões da Grande Guerra...* cit.; Luís A. Martins, «Padrões da Grande Guerra», *A Guerra*, Ano 4.º, n.º 37, Lisboa, Janeiro, 1929, p. 3.

³⁹ Polly Low et al. (ed.), *Cultures of Commemoration: War Memorials, Ancient and Modern*, Oxford, The British Academy/Oxford University Press, 2012; Antoine Prost (2005), «Les Sens de la Guerre: Les Monuments aux Morts de 1914-1918 en France», in S. Claisse et T. Lemoine (dir.), *Comment (Se) Sortir de la Grande Guerre? Regards Sur Quelques Pays «Vainqueurs»: La Belgique, La France et la Grande-Bretagne*, Paris, L'Harmattan, 2005, p. 11-35; David L. Eng and David Kazanjian (ed. by), *Loss. The Politics of Mourning*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 2003; Philippe Rive et al. (dir.), *Monuments de Mémoire: Monuments Aux Morts de la Grande Guerre*, Paris, MPCIH, 1991, p. 17-29; Olivier Descamps, *Les Monuments aux Morts de la Guerre 14-18, Chefs-d'œuvre d'Art Public*, Paris, Édition Art Public, 1978.

⁴⁰ David A. Johnson and Nicole F. Gilbertson, «Commemorations of Imperial Sacrifice at Home and Abroad: British Memorials of the Great War», *The History Teacher*, vol. 43, n.º 4, August 2010, p. 563-584; Michèle Lefrançois, «Paul Landowski», in Philippe Rive et al. (dir.), *Monuments de Mémoire...*, cit., p. 221-225; Robert Aldrich, «Memorials to French Colonial Soldiers from the Great War», <http://crd1418.org/doc/textes/aldrich.pdf>, s.d. (consultado em 2015.01.19).

1921 e cujos objetivos se regimentavam para fins declaradamente memoriais e patrióticos: erigir monumentos comemorativos nos diferentes teatros de participação de Portugal na Grande Guerra, promover comemorações e exaltar o esforço da intervenção militar lusa no conflito. A construção dos monumentos contou, em boa medida, com o financiamento de receitas recolhidas através de subscrições públicas nacionais (realizadas na metrópole, nas colónias e junto das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro – no Brasil por exemplo); de donativos; e de fundos procedentes de atividades diversas. À luz do resumo das subscrições nacionais realizadas durante a vigência da Comissão dos Padrões (1921-1936), fica explícito que os maiores valores quantitativos (em dinheiro) destinados a erigir os monumentos tinham vindo de Angola e Moçambique: neste sentido, pode depreender-se que, no cômputo geral, essas duas colónias contribuíram significativamente para o financiamento dos processos de monumentalização da memória da Grande Guerra, tanto na metrópole como também nos seus próprios domínios⁴¹. Ora, foi sob o auspício das comissões coloniais que os dois conjuntos escultóricos foram erigidos em Angola e de Moçambique. Tracemos então as suas genealogias.

O ato oficial simultaneamente fundador dos dois monumentos teve o seu início no dia 15 de março de 1924 na Sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, com a entrega simbólica das primeiras pedras que iriam marcar os locais (em Luanda e na então cidade de Lourenço Marques, atual Maputo) onde os padrões seriam edificadas. Em Luanda, a primeira pedra foi lançada por ocasião das festas do décimo aniversário do armistício (11.11.1928)⁴². E o espaço escolhido foi a então Praça dos Lusíadas, designação toponímica dada ao antigo Largo Leonardo Carneiro⁴³. No dia 11 de janeiro de 1934, deu-se início às obras de fundação do monumento e, da metrópole, entre dezembro de 1933 e novembro de 1934, foram enviados cerca de quatrocentos e vinte e um volumes de pedra (num total de cento e oitenta e nove toneladas) para a

---

⁴¹ *Padrões da Grande Guerra...*, cit., p. 11, p. 17 e p. 49-57.

⁴² Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), PT/TT/Gavetas, Gaveta 16, Maço 4, n.º 114, *Certidão da Cópia do Auto do Descerramento da Lápide Indicativa do Local onde Será Erigido o Padrão Comemorativo da Grande Guerra em Luanda*, Loanda, 11 de Novembro de 1928.

⁴³ *Padrões da Grande Guerra...*, cit., p. 64 e p. 109-111; *A Província de Angola*, Ano VI, n.º 916, Loanda, 10 de Novembro de 1928, p. 1; *Idem*, Ano VI, n.º 917, Loanda, 12 de Novembro de 1928, p. 2. A designação Praça dos Lusíadas (por vezes denominado de Largo dos Lusíadas) foi alterada depois da independência de Angola em 1975, passando a chamar-se Largo de Quinaxixe. Cf. Berta Jacob, *A Toponímia de Luanda: Das Memórias Coloniais às Pós-coloniais*, Lisboa, Univ. Aberta (Dissertação de Mestrado – policopiada), 2011, p. 37.

edificação do padrão. Por fim, a inauguração aconteceu de forma apoteótica no dia 15 de setembro de 1935⁴⁴.

O monumento edificado em Luanda (obra do escultor português Henrique Moreira e do arquiteto Januário Godinho) compreendia um grande pedestal em pedra e granito dourado encimando a imagem da Pátria que, em postura majestática e seios voluptuosamente empinados, segura em posição elevada para o céu a espada, sinal de glorificação daqueles que se dedicaram à sua defesa. Quatro figuras compõem ainda o conjunto escultórico: o soldado europeu do exército colonial, o soldado expedicionário do exército metropolitano, o soldado africano e o marinheiro das colunas de desembarque que cooperaram na campanha do Sul de Angola em 1914 e 1915. E, no pedestal, as inscrições: «Portugal. Aos Seus Combatentes Europeus e Africanos da Grande Guerra 1914-1918. Luta Contra os Invasores de Angola Naulila 12-XII-1914. Luta Além-Cunene Combates de Mongua 18, 19 e 20-VIII-1915. Ocupação de N'Giva 5-IX-1915»⁴⁵. Em termos estético-simbólicos, colocou-se em evidência a alegoria da Vitória triunfal da Pátria, erguida sobre o seu altar-votivo, dinâmica, com movimento de panejamento, cabelos e asas⁴⁶. Designado oficialmente de Padrão de Luanda, o monumento (também dedicado às campanhas coloniais do Sul de Angola) teve a sua consagração oficial em cerimónia «tocante, singela mas de brilho excelso»⁴⁷, profusamente marcada por diferentes atos e aloquções.

Segundo narrativas da época, os discursos que solenizaram a inauguração do monumento (pronunciados normalmente por aqueles que estavam autorizados a fazê-lo) foram cancelados e acolhidos por aplausos longos provenientes da assistência⁴⁸. As peças de oratória formalizam o gesto simbólico da entrega pública do monumento. Pois, elas constituem a experiência ilocutória de uma comunicação efêmera, mas onde as palavras fazem do monumento o *corpo que significa*, isto é, o *corpo de verdade* ali

---

⁴⁴ Uma pequena correção à data da inauguração erradamente indicada (15 de setembro de 1934) numa obra recentemente editada pela Liga dos Combatentes (*Monumentos aos Combatentes da Grande Guerra e do Ultramar*, s/l, Liga dos Combatentes, 2013, p. 325). Portanto, tal como as fontes da época atestam, o monumento foi inaugurado no dia 15 de setembro de 1935 e não na data apontada pela obra acima citada.

⁴⁵ *Padrões da Grande Guerra...*, cit., p. 107; *A Província de Angola*, Ano XIII, n.º 2991, Loanda, 16 de Setembro de 1935, p. 1.

⁴⁶ Joaquim Saial, *Estatuária Portuguesa dos Anos 30 (1926-40)*, Lisboa, Bertrand Editora, 1991, p. 48.

⁴⁷ *A Província de Angola*, Ano XVIII, n.º 2992, Loanda, 17 de Setembro de 1935, p. 1; *Boletim Geral das Colónias*, Ano XI, n.º 126, Dezembro, 1935, p. 95-96.

⁴⁸ *Última Hora*, Ano 5.º, n.º 483, Luanda, 16 de Setembro de 1935, p. 1-3.

em evidência. E, enquanto acontecimentos que irrompiam da instância das suas novidades (porque todo o discurso é um acontecimento novo⁴⁹), a oratória inaugurativa instaurava o ato temporal do próprio monumento: ou seja, o seu antes e o seu depois. E, se admitirmos como hipótese plausível que o brilho de qualquer comemoração pode ser medido pelo semblante da aderência de pessoas que ela consegue implicar, então, deixemos toda a autoridade da narração ao relato prestado por uma das fontes coevas: «O largo dos Lusíadas [da Praça dos Lusíadas] estava pejado de gente, vendo-se ali elevado número de senhoras e muitas crianças. [...]. Veem-se pendões em vários lados e muito povo – tanto povo como poucas vezes se junta na capital de Angola. O Largo [...], que é dos maiores da cidade, regorgita até ao excesso, que alastra pelas imediações»⁵⁰.

Fig. I: Maquete do Padrão de Angola.

Fonte: Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
PT-TT-EPJS-SF-001-001-0024-1290G.

⁴⁹ Michel Foucault, *L'Ordre du Discours*, Paris, Gallimard, 2012 [1971].

⁵⁰ *A Província de Angola*, Ano XIII, n.º 2992, Loanda, 17 de Setembro de 1935, p. 1.

Fig. II: Inauguração do Padrão aos Mortos da Grande Guerra, Luanda (Angola), 1935.
Fonte: *Padrões da Grande Guerra. Consagração do Esforço Militar de Portugal 1914-1918. (Relatório Geral da Comissão 1921-1936)*, Lisboa, Comissão dos Padrões da Grande Guerra, 1936, p.105.

Vejamos agora o padrão de Lourenço Marques. A pedra simbólica que em 1924 lhe fora destinada em cerimónia solene na capital portuguesa (Lisboa) teve o seu acolhimento anos mais tarde na Praça Mac-Mahon, largo situado em frente à Estação do Caminho de Ferro onde tinha sido escolhido a edificação do monumento⁵¹. As pedras que iriam formar o conjunto escultórico (num total de quatrocentos e quarenta e quatro volumes com o peso total de cerca de duzentos e setenta e uma toneladas) foram transportadas da metrópole entre março de 1934 e julho de 1935. E, em ambiente solenemente concebido⁵², o monumento foi inaugurado no dia 11 de novembro de 1935, no âmbito das

⁵¹ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), PT/TTCMZ-ADGL/H-F-A/001/0012/29, *Companhia de Moçambique*, n.º de Ordem 2170, n.º 581 – AM29, 22 de Janeiro, 1929, 2f; PT/TT/CMZ-ADGL/H-F-A/001/0012/30, *Companhia de Moçambique*, n.º de Ordem 2170, n.º 582 – AM30, 12 de Janeiro, 1929.

⁵² Governo Geral de Moçambique – Arquivo da Repartição do Gabinete, Pasta A/4. Assunto: *Festejades Nacionais (aniversários). Cumprimentos. Pezames*. 1.º Volume, 1928-1935; *Moçambique. Documentário Trimestral*, n.º 4, Outubro – Novembro – Dezembro, 1935, p. 133-138.

comemorações do 17.º aniversário do armistício⁵³. Obra imponente e soberba, porém, simultaneamente sóbria e austera no brilho dos seus traços, o padrão de Lourenço Marques é da autoria do escultor Ruy Roque Gameiro e do arquiteto Veloso dos Reis Camelo⁵⁴. Trata-se de um conjunto esculpido em pedra que mede cerca de 14,30 metros de altura. Sobre o pedestal ergue-se a figura da Pátria (serena e firme na postura, com um olhar projetado no horizonte) ladeada, de um lado, por um escudo e uma espada (símbolos da força) e, do outro, por uma serpente (símbolo de génio) que traduz a perícia dos navegadores portugueses e o valor científico dos Descobrimentos marítimos. Quatro baixos-relevos ladeiam o pedestal do monumento, representando os perfis e as atitudes guerreiras da «tropa de África» (os soldados europeus e africanos) que elevam, aos olhos de todos, a Pátria pela qual se bateram. Na base de cada um dos quatro baixos-relevos decorativos estão gravados os nomes (Quionga, Mecula, Nevala, Quivambo) dos territórios do triângulo de Quionga (norte de Moçambique) que obrigaram sacrifícios às tropas portuguesas. Na frente, o padrão ostenta a inscrição: «Aos seus combatentes europeus e africanos da Grande Guerra». E, na retaguarda, as datas de 1914-1918, relembrando respetivamente o início e o fim da conflagração europeia⁵⁵. Em suma, era em torno desses dois monumentos erigidos em Luanda e na então cidade de Lourenço Marques que o ritual político da evocação da Grande Guerra e de outras comemorações públicas se desenrolavam. Paradoxalmente, tais padrões não foram construídos nos locais dos combates, nem nos espaços afetivos da memória da experiência dos conflitos, mas sim nas capitais das respetivas colónias, o que atesta a importância da monumentalização e das práticas comemorativas na modelagem dos modos de apropriação do espaço urbano colonial.

---

⁵³ Uma nova correção: a obra editada em 2013 pela Liga dos Combatentes afirma que o padrão de Moçambique foi inaugurado no dia 8 de novembro de 1929 e que é da autoria de Fernando Soares (Cf. *Monumentos aos Combatentes...*cit., p. 333), mas tal informação é imprecisa. O padrão de Moçambique foi oficialmente inaugurado no dia 11 de novembro de 1935 e é da autoria de Ruy Roque Gameiro e Veloso dos Reis Camelo.

⁵⁴ Gerbert Verheij, *Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940: Dois casos de estudo*, Lisboa, FCSH-UNL (Dissertação de Mestrado – policopiada), 2011, p. 38-46; Joaquim Saial, *Estatuária Portuguesa...*, cit., p. 48-50.

⁵⁵ Alfredo P. de Lima, *Lourenço Marques*, 2.ª Edição, Lisboa, Olisipo. Editorial de Publicações Turísticas, 1966, p.16; *Padrões da Grande Guerra...*, cit., p. 118-122.

Fig. III: Padrão aos Mortos da Grande Guerra, cidade de Maputo (Moçambique).
Fonte: Fotografia do autor (cidade de Maputo agosto, 2011).

A Pátria e o Império sitiados entre o sacrifício da morte e a reverberação de uma mitologia redentora

Chegado a este ponto, a pertinência de uma outra demonstração se impõe. Nenhuma estratégia de monumentalização nasce, por si só, de um ordenamento temático-ideológico absolutamente neutro. Logo, perscrutada a partir do contexto colonial, a discursividade memorial regurgita conteúdos que dialogavam diretamente com o repertório imperial. Era dessa combinação cúmplice (entre a construção da memória da guerra a mobilização da narrativa imperial) que as estratégias mnemónicas de evocação pública dos mortos insuflavam uma mitologia redentora e inscreviam a participação portuguesa no conflito na moldura dos faustos nacionais protagonizados pelos portugueses através dos séculos⁵⁶. Então, entre o elogio da superstição e a idealização puramente decorativa da história, reificava-se no presente (e antecipava igualmente para o futuro) uma interpretação já de si edificante:

---

⁵⁶ *Padrões da Grande Guerra*..., cit., p. 25.

Quantas vezes não surgem em cortejo todos os heróis da nossa raça, todas as façanhas da nossa epopeia, todos os altos feitos dos nossos maiores, sucedendo-se céleres, ora nítidos, ora vagos, através do nosso espírito?! [...] Não é o 9 de Abril, por todos os aspectos, por todas as formas, por todas as maneiras, comparável aos feitos que Camões cantou, de Malaca, de Ormuz, de Diu? Valem menos os nossos heróis da Flandres, do que os cantados nos *Lusíadas*, valem menos os nossos heróis d'hoje, do que os de outrora? Não, são os mesmos, são do mesmo sangue, da mesma rija, têmpera, do mesmo valor, somente nós tão próximo deles, não os vemos em toda a sua colossal estatura, mas o futuro há-de mostrar ao mundo por forma clara, inequívoca, insofismável, que em nada desmerecem dos que os precederam através dos séculos⁵⁷.

A recorrência (mesmo que meramente evocativa) ao passado das epopeias marítimas visava conferir distinção simbólica à memória da participação de Portugal na Grande Guerra. Não se tratava de justapor comparações que, em bom rigor, eram incompatíveis, desmesuradas e, de certo modo, anacrónicas. O que se pretendia era induzir a ideia segundo a qual a dignidade memorial da ação dos portugueses que participaram (e, sobretudo, dos que morreram) na Grande Guerra era idêntica (na linha reta e imutável das grandes virtudes nacionais portuguesas) à dignidade heróica das epopeias marítimas e dos construtores do império colonial. Mas, a imaginação ideológica ia ainda mais longe: ela via na batalha de La Lys «um verso moderno acrescentado às estrofes eternas dos *Lusíadas*»⁵⁸ de Luís de Camões e, no heroísmo dos soldados, a intrepidez herdada de figuras e acontecimentos da história medieval nacional como D. Nuno Álvares Pereira e a batalha de Aljubarrota (1385), reveladores do «heroismos da raça portuguesa»⁵⁹: neste caso, era como se o sacrifício dos soldados de então não fosse mais do que uma mera ressonância de heroísmos análogos precedentes cujas matrizes vinham dos tempos medievais portugueses. Daí, o 9 de abril (batalha de La Lys) recebeu a partir de 1924 a designação de dia de comemoração do esforço e do «heroismo da raça», compaginado em «efemérides brilhantíssimas», nas batalhas medievais, nas epopeias dos descobrimentos marítimos e na construção e defesa do império colonial⁶⁰.

---

⁵⁷ *O Norte*, Ano I, n.º 9, Moçambique, 22 de Junho de 1933, p.5; *Idem*, Ano I, n.º 10, Moçambique, 8 de Julho de 1933, p. 4.

⁵⁸ Reis Ventura, «O Nove de Abril», *Província de Angola*, Ano XVIII, n.º 4384, 9 de Abril de 1940, p. 1.

⁵⁹ *O Jornal do Comércio e das Colónias*, Ano 68, n.º 20:126, 7 de Abril, 1921, p. 1.

⁶⁰ *Padrões da Grande Guerra...*, cit., 1936, p. 59 e p. 95; *O Norte...*, cit., 1933, p. 5 e p. 4; *A Província de Angola*, Ano III, n.º 226, Loanda, 10 de Abril de 1926, p. 1.

O mito de uma raça portuguesa constituía um dos redutos da fantasia patriótico-imperial. E, por vezes, a crença na sua existência era reificada pelo jogo abissal da diferença colonial que sub-humanizava as populações das colónias⁶¹. Logo, a exaltação da raça e do seu heroísmo instala-se, não sem contradições, como um dos temas da discursividade comemorativa: porque, a semântica implícita à sua enunciação não dizia respeito aos soldados africanos das colónias, paradoxalmente, eles também atores coadjuvantes das ações militares na defesa do império, tal como o próprio discurso oficial reconhecia⁶². O «heroismos da raça» remetia para aqueles indivíduos que, à luz de uma imaginação genealógica portuguesa, podiam ser considerados na retórica da ‘linhagem nacional’ (pura imaginação ideológica) como diretos representante da raça: todos os portugueses brancos (soldados e colonos), e nunca tropas indígenas africanas. Pois, esses últimos não entravam na imaginação genealógica que reificava o mito de uma suposta raça portuguesa induzida pela falácia retórica que fazia crer que todos os portugueses brancos provinham na linha reta de uma mesma e única origem. Então, se no discurso sobre o passado a entidade comunicada é orientada para operar a comunicação do grupo consigo mesmo através desse terceiro ausente imaginado que é o seu passado⁶³, logo, fica automaticamente evidente que a ideia de heroísmo da raça se circunscrevia a uma referencialidade portuguesa de matriz unicamente europeia, excluindo portanto desse mesmo heroísmo toda a componente indígena africana.

Ora, os soldados africanos ficaram recorrentemente subalternizados. Prova este facto, por exemplo, o lugar secundário que eles ocuparam na iconografia dos monumentos aos mortos ou, quando muito, retratados exclusivamente sob o prisma do vigor das suas forças físicas: tal ideia encontra-se bem explícita nos dois baixos-relevos dianteiros que o padrão de Moçambique põe em cena, de um lado, na alegoria da força (representada pelas tropas indígenas africanas) e, do outro, na de génio (iconizada nas imagens de soldados de origem metropolitana). Então, aqui, o mito da raça (superstição constitutiva do repertório imperial) cumpre de forma sub-reptícia a naturalização de hierarquias e a reificação de modelos, validando assim o sistema de relação de poder e de dominação colonial que lhe dava urdidura. Destarte, como se pretendia, tratava-se de uma guerra

---

⁶¹ Patrícia F. de Matos, *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006; Valentim Alexandre, «O Império e a Ideia de Raça (Séculos XIX e XX)», in Jorge Vala (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta Editora, 1999, p. 133-144.

⁶² *Padrões da Grande Guerra...*, cit., 1936, p. 106-107 e p. 119.

⁶³ Michel de Certeau, *L'Écriture de L'Histoire*, Paris, Gallimard, 2011 [1975], p.73.

pela civilização contra a barbárie⁶⁴, e a participação dos indígenas agourava corroborar a suposta pertinência da missão civilizadora europeia, pois, segundo o discurso colonial, o soldado «negro indígena» que tomou parte na Grande Guerra era a prova do «esforço colonizador» português que o tinha «chamado à civilização»⁶⁵: a uma civilização que, paradoxalmente, os mantinha sob a autoridade da sua dominação colonial. Afinal, nada mais quimérico e incoerente do que ver no colonialismo e na guerra nas colónias a manifestação suprema de uma atuação puramente civilizadora.

Outra elucidação. A designação portuguesa atribuída ao monumento consagrado aos mortos da guerra – Padrão ou Padrões da Grande Guerra – deriva diretamente da gramática imperial: pois, «Padrão» foi o nome dado às lápides em pedra erigidas nos séculos XV e XVI por missionários e navegadores portugueses na costa africana, como meio de garantir a atribuição do ato de chegada dos portugueses a um determinado território⁶⁶. Ora, os dois monumentos aos mortos erigidos em 1935 em Angola e Moçambique foram respetivamente designados de Padrão de Luanda e Padrão de Lourenço Marques. Segundo os empreendedores da memória da Grande Guerra, a ideia de Padrão fazia recordar o «passado de conquistas e descobrimentos [...], ressuscita a lembrança dos feitos da África e da Índia e a navegação segura e audaz das caravelas portuguesas, os veleiros dêsse tempo; evoca a contribuição gloriosa e valiosíssima que os portugueses deram à história da Civilização». E os padrões aos mortos tinham de espelhar «aquele sentido colonial» da «acção colonizadora de Portugal em África», por esta constituir «a razão dos nossos melhores destinos» que afirma Portugal como «grande potência» imperial⁶⁷.

A reapropriação de uma nomenclatura pretérita (Padrões) acaba por dar lugar a um não-lugar anacrónico circunscrito pelo próprio simulacro discursivo de uma significação com base na qual se ambicionava decalcar a essência semântica da suposta matriz originária dos primeiros padrões. Aqui reside então uma das singularidades da nomenclatura memorial portuguesa sobre o modo de denominação dos monumentos destinados a recordar a Grande Guerra: o que

---

⁶⁴ Marc Michel, *L'Afrique dans L'Engrenage de la Grande Guerre (1914-1918)*, Paris, Karthala, 2013; N. J. Saunders and P. Cornish (ed.), *Contested Objects: Material Memories of the Great War*, London and New York, Routledge, 2009; Jacques Frémeaux, *Les Colonies dans la Grande Guerre: Combats et Épreuves des Peuples d'Outre-Mer*, Cahors, 14-18 Éditions, 2006.

⁶⁵ *A Província de Angola*, Ano XIII, n.º 2998, Loanda, 24 de Setembro de 1935, p. 1; *Idem*, Ano XIII, n.º 2991, Loanda, 16 de Setembro de 1935, p. 1.

⁶⁶ D. David, «Padrões dos Descobrimentos», in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.857-860.

⁶⁷ *Padrões da Grande Guerra*..., cit., p.31, p. 96 e p. 102.

noutros países beligerantes ficou conhecido por *monuments aux morts* ou *war memorials*⁶⁸, no contexto português ficou designado por *Padrões da Grande Guerra*, uma designação cuja estética discursiva, como já demonstrámos, provém do glossário histórico da gramática imperial portuguesa. Então, ao dar aos monumentos uma designação tomada de empréstimo na memória da expansão marítima e da colonização portuguesa, estava a criar-se uma poética semântica específica de um discurso memorial e identitário caracteristicamente português que engendrava a dramaturgia da comemoração (isto é, a produção subtil daquele esquecimento) suscetível de salvaguardar uma imagem sempre edificante da história oficial.

Aliás, o discurso edificante da história de Portugal ficou explicitamente retratado nos dois padrões erigidos em Angola e Moçambique: por um lado, como monumentos glorificadores da vitória, ostentando a figura da Pátria no centro do altar que a eleva em silhueta majestática e postura determinada: pura encenação da estética do heroísmo. Por outro, como monumentos dissimuladores da componente funerária da morte em guerra. Pois, a morte não foi o ingrediente central da arte de representar e de fixar a memória da Grande Guerra em Angola e Moçambique; e a dramaturgia comemorativa buscou, sempre que possível, tergiversar o espetro da perda humana através da disseminação de um certo eufemismo tanatológico que mascarava a espessura trágica da morte em guerra, fazendo uso de fórmulas retóricas panegíricas e hiperbólicas como estas: «caídos na beleza da morte de Soldado»; «batendo-se embora não morrendo»; «tomaram em beleza de sacrifício pela Nacionalidade nos campos de batalha»; «à memória santificada dos que na sua defesa [da Pátria] morreram cantando»⁶⁹. Assim, tomando de empréstimo uma asserção de Jacques Rancière⁷⁰, podemos então dizer que o segredo das mortes desses homens residia, paradoxalmente, no enigma que detinha as suas vidas expostas à contingência irredutível da guerra, uma vez que, em boa verdade, o dever de morrer em guerra (embora sem o dizer explicitamente) aloja também no seu bojo o poder de matar. Logo, a morte é sempre o horizonte do possível dos soldados⁷¹.

---

⁶⁸ Ken Inglis, «Les Mémoires dans les Pays Anglophones», in Philippe Rive *et al.* (dir.), *Monuments de Mémoire: Monuments Aux Morts de la Grande Guerre*, Paris, Mission Permanente Aux Commémorations et à l'Information Historique/Secrétariat D'État Aux Anciens Combattants et Victimes de Guerre, 1991, p. 123.

⁶⁹ *Padrões da Grande Guerra...*, cit., p. 19, p. 53 e p. 66; *A Província de Angola*, Ano III, n.º 226, Loanda, 10 de Abril de 1926, p. 1.

⁷⁰ Jacques Rancière, *Les Mots de L'Histoire. Essai de Poétique du Savoir*, Paris, Seuil, 2014, p. 104.

⁷¹ Luc Capdevila et Danièle Voldman, *Nos Morts: Les Sociétés Occidentales Face aux Tués de la Guerre (XIXe – XXe Siècles)*, Paris, Payot, 2002, p. 15.

Destarte, é por isso que a «força ilocutória» (parafraseando uma fórmula de Paul Ricoeur⁷²) da máxima imperativa de amar e de sacrificar a vida pela pátria administra toda uma interpretação póstuma ao acontecimento da morte. E mais: ilude tirar da clandestinidade o segredo que secreta o desconhecimento da finitude, ou seja, a promessa de eternidade que, de antemão (embora *falsamente*), os discursos patrióticos por vezes prescrevem: «[...] se à Pátria todos os sacrifícios são devidos, no seu serviço a Morte e a Vida se entrelaçam numa florescência eternamente louçã». E os «Mortos, que souberam viver a Vida da Pátria; os Mortos que souberam morrer no esplendor dum Ideal de Perfeição, dando-se heróicamente, não desaparecem»⁷³. Ora, o proselitismo mágico dessas fórmulas induzia à crença na idealização da boa morte e do aprender a bem morrer⁷⁴ como estratégia paliativa que travestia o horror da experiência do conflito em abstrações recheadas de lirismo moralizador. Aliás, era precisamente nessa latência dissimétrica entre a realidade nua e crua da morte (ou seja, da morte em si ou da morte de si), e a ideologia patriótico-beligerante reificadora do mito glorioso de morrer de uma certa forma e não doutra que a função paliativa dos monumentos aos mortos se realizava e se cumpria: encobrir a unicidade irremediável e irredutivelmente singular da morte de cada soldado, ou seja, de cada morte, de cada morto e da sua própria morte. Afinal, a dimensão insubstituível de cada sujeito não torna lacunar qualquer totalização interpretativa de uma morte redentora representada no simulacro de um monumento? Tudo indica que sim. Pois, na morte, tal como Jacques Derrida exemplarmente sustenta, a existência escapa a toda a substituição possível⁷⁵. Portanto, a retórica de solicitação do sacrifício – morrer pela pátria e pelo império – desenha a utopia de uma relação perversamente bicéfala, neste caso, trágica e simultaneamente idílico-romântica. E, com base nela, o Estado (em nome da nação e do império) mascarava a espessura da morte dos seus súbditos e travestia de faustos retóricos o vazio irredutível de um mundo (o da morte e dos mortos) cuja interioridade é inacessível e destituída de toda a temporalidade.

---

⁷² Paul Ricoeur, *Amour et Justice*, Paris, Seuil, 2008, p. 20.

⁷³ *Padrões da Grande Guerra...*, cit., 1936, p. 18 e p. 53.

⁷⁴ Michel Hanus, «Apprendre à Mourir», *Études Sur la Mort*, n.º 137, 2010, p. 31-37; Geoff Archer, *The Glorious Dead: Figurative Sculpture of British First World War Memorials*, Kirstead, Norfolk, Frontier Publishing, 2009; Simone Pennec (dir.), *Des Vivants et des Morts: Des Constructions de la «Bonne Mort»*, Brest, Université de Bretagne Occidentale, 2004.

⁷⁵ Jacques Derrida, *Donner la Mort*, Paris, Galilée, 1999, p. 64.

Conclusão

Dois tópicos constituíam o epicentro de toda a liturgia comemorativa dedicada à construção da memória portuguesa da Grande Guerra: o armistício (11 de novembro) que rubricava a dimensão internacional do conflito; e a batalha de La Lys (9 de abril), episódio militar convertido em acontecimento-memória nacional, recheado de mitologia heroica e de faustos nacionalistas que o elegiam como referência heurística memorial prenhe de uma moralidade impávida caracteristicamente portuguesa. Nas colónias, as comemorações regurgitavam temas que dialogavam diretamente com os tópicos do repertório imperial: o culto da pátria imperial portuguesa, o mito da raça, o nacionalismo, a sacralidade do império, o heroísmo, a cultura da guerra, o colonialismo e o culto da masculinidade. E os dois monumentos edificadas em Angola e Moçambique (que nunca foram concebidos como meros artefactos decorativos) validaram todos esses tópicos. Por exemplo, apesar da alegoria da pátria ter sido retratada sempre em vigorosa silhueta feminina, no entanto, as representações antropomórficas que veiculavam os melhores exemplos de devoção e heroísmo foram sempre figuras masculinas, o que significa que a guerra, o colonialismo e a masculinidade se entrelaçavam e andavam de mãos dadas. A ritualidade comemorativa e os dois padrões aos mortos (que estavam longe de veicular dimensões marcadamente fúnebres) eram partes integrantes da estratégia político-simbólica de legitimação pública do colonialismo e da mitologia patriótico-imperial: pois, a ideia de império foi uma das referências (senão a referência magna) pela via da qual ficou moldado o discurso comemorativo e a construção da memória portuguesa da Grande Guerra nas colónias. E, diga-se, construída com adornos retóricos por vezes baseados em imbricações forçadas, em analogias oblíquas e em justaposições estribadamente anacrónicas que reenviavam para outros tópicos pretéritos da memória histórica nacional, associados a acontecimentos medievais ou à epopeia da expansão imperial portuguesa. E a discursividade comemorativa remeteu os indígenas africanos para lugares sempre subalternos, chegando por vezes a não reconhecer inteligibilidade nos seus atos, mesmo quando eles se associavam às comemorações e cumpriam (com idêntico rigor) a prescrição de gestos tão simples como a observância dos dois minutos de silêncio⁷⁶.

O discurso memorial oficial não esteve nunca recheado de consenso absoluto. E tal ficou visível, por exemplo, na prescrição dos lugares onde os padrões coloniais seriam erigidos; na ambivalência abissal entre a imagem daqueles combatentes que se ostentavam em posturas celebratórias, fixando

---

⁷⁶ *A Província de Angola*, Ano III, n.º 226, Loanda, 10 de Abril de 1926, p. 1.

o futuro de uma aparência de bem-estar, e a imagem desoladora daqueles indivíduos inválidos que a guerra consumiu; ou ainda nas reivindicações (porém sem resultado desejado) sobre a necessidade de tumultizar também nas duas colónias portuguesas «o soldado negro desconhecido [...] que em terras da nossa África se bateu ao lado dos soldados portugueses, derramando o seu sangue pela causa dos aliados»⁷⁷. Mas era precisamente aqui que a verdade da morte punha a nu a impostura de que estavam revestidas as promessas da ideia de império: pois, se é verdade que perante cada homem que tomba em guerra, já cadáver, o colonizado descobre (parafraseando uma fórmula de Frantz Fanon) que a sua vida, a sua respiração, os batimentos do seu coração são os mesmos que o do colono; que a pele deste último não vale mais do que a pele do indígena africano (o que mexia em certa medida com o binarismo excessivamente maniqueísta da diferença colonial⁷⁸), paradoxalmente fica logo evidente que o soldado africano não ocupava a mesma centralidade e, muito menos, a mesma espessura simbólica no plano da validação da mitologia sumária que o ordenava a morrer pelo império. Portanto, aqui, a virtude primária de submissão (morrer pelo império) revela-se lacónica e destituída de qualquer proselitismo mágico redentor: precisamente porque, a suposta transcendência de tal virtude (apregoadas no quadro do colonialismo e da relação colonial) somente serviu para justificar uma determinada lógica de dominação. E a solicitação incestuosa de um sacrifício supremo – morrer pela pátria e pelo império – assim como a impostura de uma suposta transcendência inerente a esse mesmo sacrifício constituía um embuste destinado a embalsamar o trágico e a justificar o arbitrário. Tudo porque, mesmo quando todos os prognósticos programáticos jazem curvados na veneração de todas as expectativas redentoras, a guerra, na verdade, só tem uma finalidade: matar os homens.

---

⁷⁷ *Moçambique – Órgão Oficial*..., cit., Ano VII, n.º 344, Lourenço Marques, 2 de Dezembro de 1937, p. 4; *Padrões da Grande Guerra*..., cit., pp. 29-30; *A Guerra*, n.º 29, 1928, p. 4-5; *A Província de Angola*, Ano VI, n.º 930, Loanda, 27 de Novembro de 1928, p.2; Henrique C. da Silva, «Mortos da Grande Guerra», *A Província de Angola*, Ano VI, n.º 926, Loanda, 22 de Novembro, 1928, p. 2; *A Província de Angola*, Ano VI, n.º 924, Loanda, 20 de Novembro de 1928, p.1; Henrique Graça, «O Soldado Desconhecido de Angola», *A Província de Angola*, Ano VI, n.º 920, Loanda, 15 de Novembro, 1928, p. 2; José A. de Magalhães, «O Soldado Negro Desconhecido», *O Brado Africano*, Ano IV, n.º 165, Lourenço Marques, 23 de Março, 1922, p. 1.

⁷⁸ Frantz Fanon, *Les Damnés de la Terre*, Paris, La Découverte, 2002, p. 48.